



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680229 - BA (2021/0219591-5)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DANIEL JOAU PEREZ KELER
ADVOGADO : DANIEL JOAU PEREZ KELER - BA025730
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : JOSE GERALDO LUCAS JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : JEA SILVA DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE GERALDO LUCAS JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8003553-69.2021.8.05.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Alega, outrossim, que o paciente faz jus à conversão da prisão preventiva em domiciliar, em razão da ausência de sala de Estado Maior, em respeito ao art. 7º, inciso V, da Lei n. 8.906/94.

Requer, liminarmente, que seja convertida a prisão preventiva em prisão domiciliar, pela inexistência de sala de Estado Maior. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, com ou sem aplicação de medidas alternativas à prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente